

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 025, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Cria adicional de função a ser pago a servidor lotado na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de assistência direta a Coordenadoria da Área Contábil, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º É criado o adicional de função a ser pago a servidor lotado na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de assistência direta a Coordenadoria da Área Contábil.

§ 1º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado.

§ 2º O valor estabelecido para o adicional de função é de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do padrão do servidor para desempenhar a função.

Art. 2º O adicional de que trata esta Lei não incorporará ao vencimento do servidor e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 103 – Crédito Orçamentário – 01 Ordinário; Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda; Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria da Fazenda; Funcional: 041220002 – Administração; Projeto/Atividade: 2019000 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

Art. 4º A presente lei terá vigência até 31/12/2016.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 27 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

ROGERIO DIAS PEREIRA
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 025, de 27 de fevereiro de 2015, que: ***“Cria adicional de função a ser pago a servidor lotado na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de assistência direta a Coordenadoria da Área Contábil, e dá outras providências.”***

A presente proposta tem por objetivo conceder uma vantagem a servidor lotado na Secretaria da Fazenda e que for designado para desempenhar a função de assistência direta a Coordenadoria da Área Contábil, o que demandará desenvolver, necessariamente, tarefas diárias de maior complexidade do que as costumeiras para o cargo que ocupa o servidor a ser nomeado, considerando a transição da contabilidade no Setor Público, a qual se busca a convergência com os padrões internacionais, visando adequar conceitos, registros e demonstrações, através do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

O trabalho realizado pelo servidor a ser designado gerará benefícios a Administração Pública, pois o suporte oferecido irá colaborar com o Setor Contábil a oferecer serviços eficazes e efetivos à sociedade e também evitar possíveis apontamentos dos Órgãos de Controle Externo.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal